



FONTE: INTERFARMA

## **Jorge Solla**

SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA

“Quem disser que não usa o SUS mostra ignorância”

*Sistema faz milagre com os recursos que tem: gasta pouco mais de U\$ 1 per capita por dia para cobrir todos os procedimentos e serviços, dos mais simples aos mais complexos, diz Solla*

“Houve evolução significativa na saúde desde a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e a ideia de que é trata-

mento de pobre para pobre é mentira. O Brasil desenvolveu tecnologias e serviços que são referências em âmbito internacional. Ocorreram avanços na atenção básica e o Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) hoje atende a quase 110 milhões de brasileiros e com qualidade, para não incluir apenas os casos mais reconhecidos, como os de imunização, DST/AIDS e transplantes.

Quem disser que não usa o SUS mostra ignorância. Todos utilizam o SUS quando ele combate a dengue, na vacinação; na fiscalização de alimentos, saneantes, medicamentos e no controle de qualidade da água, entre outras atividades da vigilância sanitária. No outro extremo, em torno de 97% dos brasileiros com insuficiência renal são tratados pelo SUS. Mais de 90% dos tratamentos de câncer são feitos pelo SUS e mais de 90% das cirurgias cardíacas e hemodinâmicas também. As tecnologias mais modernas e os tratamentos mais caros estão no SUS. Isso para não entrar no âmbito do medicamento.

Tudo isso é feito com um financiamento dos menores. Se somar todos os gastos públicos, foi de pouco mais de US\$ 1 (cerca de R\$ 2) per capita por dia, em 2010, e para fazer tudo, de combate a mosquito a transplantes. Em qualquer capital brasileira é mais caro pagar apenas uma passagem de ônibus, que custa de R\$ 2,20 a R\$ 2,50, para ir ao médico. O SUS faz milagre com os poucos recursos que tem porque a opção que foi feita de um sistema descentralizado e que reúne diversas instituições públicas, privadas e filantrópicas o potencializa e dá a ele uma capilaridade muito grande.

Mas há ainda dificuldade de acesso e lacunas regionais que precisam ser resolvidas. Há todo um cenário carente de avanços: o desafio da assistência nas periferias das grandes cidades a cada dia se torna mais complexo, bem como o atendimento na urgência e emergência, que junta uma quantidade crescente de vítimas de acidentes e da violência e a população que está envelhecendo e apresenta intercorrências de doenças crônicas.

Resolver a questão do financiamento, principalmente na esfera federal, é fundamental para preencher essas lacunas. O montante federal, em termos percentuais, é inferior ao que deveria ser. É preciso regulamentar a Emenda Constitucional (EC) 29 para resolver isso. Na Bahia, há dois anos, investimos acima de 14%, mais que os 12% das receitas previsto pela EC 29 para os Estados.

Há um grande desafio também na área de recursos humanos. O sistema de saúde cresceu muito no Brasil e criou um número maior de postos de trabalho do que a oferta de médicos. Na Bahia, nos últimos quatro anos, foram abertos mais 400 novas unidades do Programa Saúde da Família e 1,2 mil leitos em hospitais públicos estaduais. Os leitos de UTI cresceram 80%, a cobertura do Samu foi triplicada e não há médico suficiente.

O déficit é grande em quase todas as especialidades e regiões brasileiras, incluindo capitais e no setor privado, e o País desperdiça mão-de-obra. A Inglaterra, mais avançada do ponto de vista econômico-social, importa médicos e o Brasil tem centenas de profissionais formados no exterior sem poder exercer a atividade aqui porque não conseguem convalidar o diploma.

É necessário ampliar a formação médica no País e regularizar a situação dos formados no exterior. Outra coisa que precisa ser discutida abertamente é o serviço civil obrigatório. Quem estudou em instituição pública pode oferecer, em contrapartida, seu trabalho – bem remunerado, é claro – ao sistema público de saúde para compensar os investimentos da sociedade. Alguns países fizeram isso com bons resultados. Se o Brasil adotasse, num cálculo rápido somente com os cursos públicos e fazendo serviço civil de três anos, daria para suprir mais da metade dos postos de trabalho de atenção básica que hoje estão vazios.”